



## Juristas querem que empresa corrupta responda a ação penal

Geraldo Magela/Agência Senado



Comissão especial de juristas instituída por ato do presidente do Senado, José Sarney, reúne-se em Brasília para elaborar um anteprojeto de lei do novo Código Penal

Norma atual prevê só processo civil e administrativo contra pessoa jurídica envolvida em desvio de dinheiro público; mudança é defendida pela comissão do Código Penal

A comissão de juristas que discute mudanças no Código Penal propõe que empresas sejam responsabilizadas penalmente pelos atos praticados contra a administração pública, a ordem econômica e financeira e a economia popular.

Atualmente, apenas os funcionários das empresas envolvidos nesses casos respondem criminalmente. As penas propostas para as pessoas jurídicas incluem multa, proibição de celebrar contratos com o poder público, perda de patrimônio e até o fechamento. **3**

### CPI denuncia negligência na proteção às mulheres

Em audiência pública no Espírito Santo, comissão que investiga a violência contra a mulher citou exemplo de mãe de quatro filhos que foi morta a tiros depois de um mês pedindo proteção a vários órgãos públicos. O estado ocupa o primeiro lugar em assassinatos de mulheres no Brasil. **8**

Comunicação ALES



Com forte participação de mulheres, a audiência na Assembleia Legislativa do Espírito Santo também discutiu aplicação da Lei Maria da Penha

### Comissão debate hoje direitos das pessoas com deficiência

Audiência, na Comissão de Direitos Humanos, discutirá o Plano Viver sem Limite, do governo federal. **2**

### Instrumento musical importado pode ficar isento de imposto

Projeto de lei terminativo está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos. **2**

### Grupo elabora linhas de discussão sobre pacto federativo

Presidida por Nelson Jobim, comissão debate dívida dos estados e divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados. **4 e 5**

Everardo Maciel e Nelson Jobim, membros da comissão: especialistas apresentarão propostas ao Senado



Geraldo Magela/Agência Senado

### Carlinhos Cachoeira depõe à CPI amanhã, mas ameaça ficar calado

Personagem principal da CPI que apura ligação agentes públicos e privados com esquema de jogos ilegais, contraventor será ouvido às 14h de amanhã. **7**

Comissão de Direitos Humanos faz audiência hoje para discutir com convidados o Plano Viver sem Limites, do governo federal, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência

# Debate: direitos das pessoas com deficiência

PARA DEBATER O Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência — o Viver sem Limite — e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará audiência pública hoje. O requerimento para a realização do debate

foi de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

O Plano Viver sem Limite, do governo federal, tem como maior objetivo favorecer a inclusão social e produtiva das pessoas com deficiência. Até 2014, o investimento será de R\$ 7,6 bilhões em educação,

saúde e acessibilidade, com ações como o aumento do número de testes do pezinho, que identificam a existência de anomalias, e obras de adaptação nos locais públicos para facilitar a acessibilidade.

Foram convidados a presidente da Frente Parlamentar

em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL); o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Moisés Bauer; o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa

com Deficiência, Antonio José Ferreira; o coordenador do Movimento Gaúcho das Pessoas com Deficiência, Santos Fagundes; o juiz federal de Pernambuco Roberto Wanderley; e o servidor do Ministério das Relações Exteriores Maximiliano Barbosa Fraga.



Alunos de escola pública do Distrito Federal em aula de música: projeto isento de impostos os instrumentos importados

## Texto barateia instrumento musical importado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar amanhã, em caráter terminativo (sem necessidade de ir para o Plenário), o substitutivo ao projeto que isenta do Imposto sobre Importação os instrumentos musicais sem similar nacional.

O projeto também os isenta da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS-Pasep Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins Importação).

Projeto original (PLS 86/04)

é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O substitutivo é de Waldemir Moka (PMDB-MS).

Para se beneficiar da isenção, orquestras e músicos devem comprovar a atividade profissional. Os músicos somente poderão se beneficiar da isenção para uso pessoal uma vez a cada 36 meses.

A alienação do produto importado antes de 36 meses sujeitará o responsável ao pagamento do tributo atualizado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

### Copa

Ainda em caráter terminativo, a comissão deverá analisar o PLS 506/11, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que determina que, para a fruição dos

benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações 2013, da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016, a pessoa jurídica deverá destinar no mínimo de 5% dos seus cargos a pessoas com deficiência.

A proposição conta com parecer favorável de Benedito de Lira (PP-AL).

Outro projeto a ser votado em caráter terminativo na comissão é o PLS 593/11, de Clésio Andrade (PMDB-MG), que prevê o financiamento da carteira de motorista para pessoas de baixa renda com recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Zeze Perrella (PDT-MG) apresentou voto pela aprovação do projeto.

## Projeto proíbe concurso para cadastro de reserva

Um projeto que proíbe a realização de concurso público só para a formação de cadastro de reserva será examinado nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta (PLS 369/08), do então senador Expedito Júnior, obriga a indicação expressa nos editais do número de vagas. O cadastro de reserva será permitido somente para candidatos aprovados em número excedente. O relator, Aécio Neves (PSDB-MG), repudiou a abertura de concurso sem necessidade administrativa.

Será votado o substitutivo do PLS 310/03, que aumenta as exigências para estados e municípios receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Caso aprovada na CCJ e não houver recurso, a proposta irá para a Câmara.

Segundo o projeto, de Magno Malta (PR-ES), a estruturação de um plano de segurança não vai ser suficiente para a liberação da verba. Estados e municípios precisarão estar integrados a um sistema nacional de informações de segurança pública.

## Proposta amplia limite de isenção do IR para idoso

Em reunião amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar, em caráter terminativo, projeto de lei que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física, até o limite máximo dos benefícios pagos no Regime Geral de Previdência Social, os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de 60 anos.

De Ana Amélia (PP-RS), a proposta (PLS 76/11) é relatada por Cyro Miranda (PSDB-GO), favorável ao texto, já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais.

O projeto altera a Lei 7.713/88 e a Lei 9.250/95, que tratam das isenções da renda da pessoa física. Segundo a legislação, rendimentos isentos têm como limite mensal os valores que especifica para cada ano-calendário. Para os meses de abril a dezembro do ano-calendário de 2011, o limite é de R\$ 1.566,61. O projeto eleva esse limite ao teto pago pela Previdência Social, além de assegurar a isenção a partir dos 60 anos de idade. A proposta abrange os rendimentos tributáveis de qualquer espécie.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO: Aniversário do PMDB

11h Sessão solene conjunta do Congresso homenageia os 46 anos do PMDB, com a presença do presidente do Senado, José Sarney. Às 14h, sessão não deliberativa.

### PRESIDÊNCIA: Primeira infância

15h José Sarney participa de cerimônia de lançamento da Agenda de Atenção Básica à Primeira Infância, no Palácio do Planalto.

### CDH: Viver sem Limite

9h Comissão promove debate sobre o Plano Viver sem Limite e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com a presença do presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, Moisés Bauer.

TERÇA

### CMA: Sustentabilidade

8h30 Audiência pública discute "Inovação para a sustentabilidade", tema do ciclo de debates para preparação da Rio+20. O secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Nobre, participa do encontro.

### CONSELHO DE ÉTICA: Delegados da PF

9h Colegiado ouve os delegados da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza, responsável pela Operação Vegas, e Matheus Mela Rodrigues, da Operação Monte Carlo, como parte das apurações para analisar o processo disciplinar contra o senador Demóstenes Torres, suspeito de envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira.

### CAE: Aposentados

10h Comissão examina, entre outros, projeto que isenta os aposentados e pensionistas do INSS de pagar Imposto de Renda a partir do mês em que completarem 60 anos.

### CE: Autorização em escolas

11h Analisa projeto que obriga as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, pessoas autorizadas a entrar no estabelecimento para cuidar de assuntos de interesse do aluno.

### CPI DO CACHOEIRA: Depoimento

14h A comissão parlamentar mista de inquérito ouve o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

QUARTA

### MERCOSUL: Validação de diplomas

14h Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul analisa projeto de lei que define critérios para admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas no bloco.

### AVIAÇÃO CIVIL: Transporte aéreo

14h Subcomissão realiza debate sobre a perspectiva da indústria internacional de transporte aéreo, com a presença, entre outros, de Carlos Ebner, da Associação Internacional de Transportes Aéreos.

QUINTA

### ÁGUA: Governança

8h30 Subcomissão promove audiência pública sobre a governança da água. Entre os convidados está o presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Humberto de Albuquerque.

### CCT: Radiodifusão comunitária

9h Projeto sobre financiamento das entidades operadoras de serviço de radiodifusão comunitária que migrarem para sistema digital é um dos 50 itens da pauta da comissão.

### CAS: Venda ilegal de agrotóxicos

9h Entre outras matérias em análise, projeto que criminaliza a venda ilegal de agrotóxicos.

### CE: Livros didáticos

10h Audiência faz uma análise sobre os critérios utilizados para avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático.

### CCJ: Fundo de Segurança Pública

10h Análise sobre a instituição do Fundo Nacional de Segurança Pública e a realização de concurso público exclusivo para a formação de cadastro de reserva.

### CMMC: Rio+20

14h A preparação para a Rio+20 é tema de debate, com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Itamaraty e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Atualmente, em acusações de corrupção, pessoas jurídicas respondem apenas nas esferas civil e administrativa, e sanções penais recaem apenas sobre pessoas físicas

# Juristas propõem sanção penal contra empresas

PESSOAS JURÍDICAS DE direito privado ou público, nesse último caso aquelas que intervenham no domínio econômico, devem ser responsabilizadas penalmente pelos atos praticados contra a administração pública, a ordem econômica e financeira e a economia popular. A responsabilização penal só existe hoje para condutas lesivas ao meio ambiente.

A proposta foi aprovada sexta-feira passada pela comissão especial de juristas instalada por sugestão do presidente do Senado, José Sarney, para elaborar um novo Código Penal.

O presidente da comissão, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, defendeu a inovação.

Até então, as empresas só respondiam por delitos na esfera civil e administrativa, com exceção dos crimes ambientais.

— A responsabilidade penal possui um peso, um estigma que só dignidade de uma norma penal tem. É muito diferente da infração administrativa ou civil — comparou Dipp.

A responsabilização poderá ser proposta nos casos em que as infrações sejam cometidas por decisão do representante legal ou contratual da empresa jurídica, ou ainda de seu órgão colegiado, quando a finalidade é a busca de interesse ou benefício para a entidade.

Pelo texto, além de multas, as penalidades poderão variar da simples prestação de serviço comunitário à suspensão temporária das atividades ou



Juliana Belloque e Gilson Dipp na reunião da sexta-feira passada: discussão de propostas para um novo Código Penal

mesmo a sua extinção.

As empresas podem ainda ser proibidas por até um ano de fechar contrato com o setor público e instituições financeiras oficiais, com possibilidade de prorrogação desse prazo. Ficariam, por exemplo, impedidas de participar de licitações e obter empréstimos em bancos oficiais. Outra pena pode ser a determinação da perda de bens e valores.

— São penas compatíveis com a natureza da pessoa jurídica. Evidentemente que não se pode pôr uma empresa na prisão — observou Gilson Dipp.

## Brasil no atraso

O ministro recusou-se a comentar a implicação da medida sobre empresas que estão no noticiário por suspeita de envolvimento com corrupção, mas disse que a inovação repercutirá muito

mais sobre as empresas e seus dirigentes, pelas consequências econômicas.

A seu ver, o país demorou a adotar o princípio da responsabilização criminal da pessoa jurídica.

**Penas para a empresa condenada incluiriam proibição de negócios com o poder público ou até seu fechamento**

— O Brasil está atrasado em relação a países europeus, Portugal inclusive, por força de uma doutrina a meu ver ainda muito retrógrada — comentou.

O relator da comissão, procurador Luiz Carlos Gonçalves, observou que muitos juristas sustentam que a responsabilização penal da pessoa jurídica é incompatível com a Constituição.

No seu entendimento, porém, o texto constitucional permite claramente a adoção de lei para definir as condutas que estão sujeitas a responsabilização penal e quem deve responder pelos atos.

— Havia esse sentimento de que muitas vezes empresas se

valem de funcionários como se fossem “laranjas” e esses eram responsabilizados, enquanto a empresa se safava — disse Gonçalves, esclarecendo as vantagens da responsabilização penal também das empresas.

Pelo texto, a responsabilização da pessoa jurídica não desobriga a iniciativa de apurar e denunciar as pessoas físicas envolvidas. No entanto, também não ocorre a obrigação de propor sempre duas denúncias.

Conforme o relator, isso resolve um problema prático: eventualmente é possível identificar a conduta da pessoa jurídica, sem que se chegue aos nomes dos que terminaram os atos, ou ainda o contrário.

## Consumo

Os juristas também aprovaram a inclusão no texto dos crimes contra o consumo, hoje numa legislação específica, o Código de Defesa do Consumidor.

Uma novidade é a previsão para que se permita a suspensão condicional do processo quando houver entendimento entre a empresa ou prestador de serviço e o consumidor lesado. Hoje, o acordo só ocorre antes da abertura da ação.

— Muitas vezes, isso é o que quer a vítima, para a reparação imediata do dano que sofreu — observou Gonçalves.

Juliana Belloque, defensora pública de São Paulo que também integra a comissão, destacou que houve a preocupação em reduzir o número de tipos de crimes contra os consumidores.

Segundo ela, a matéria era tratada de forma esparsa em diversas leis que modificavam o Código de Defesa do Consumidor. Agora, segundo ela, serão 17 tipos penais.

— Mantivemos a proteção do consumidor, mas de uma maneira mais enxuta e clara — disse.

De acordo com Juliana, a ênfase recaiu sobre condutas que dizem respeito à nocividade e à periculosidade do produto para o consumo — como a omissão de informação sobre componentes que podem tornar o produto perigoso.

Houve ainda mais rigor com fraudes em relação a peso, preço e garantia do produto.

Ficou mantida a pena máxima de dois anos nos crimes contra os consumidores, o que possibilita que ações relacionadas a esses delitos continuem sendo apreciadas pelo juizado especial criminal, com ritos simples e rápidos.

## Código Penal deve proteger índios com base em diferença cultural

O anteprojeto do novo Código Penal, que está sendo elaborado no Senado por uma comissão de juristas, terá um artigo específico para índios, conforme decidido na reunião de ontem. O texto vai determinar que, quando um indígena for acusado de crime, o julgamento terá o subsídio de um laudo antropológico sobre costumes, crenças e tradições do povo a que ele pertence.

Responsável pela redação do dispositivo, a defensora pública Juliana Belloque afirmou que, se a proposta for aprovada pelo Congresso, “será a primeira vez que o Código Penal brasileiro tratará do assunto da forma como exige a Constituição de 1988, ou seja, respeitando a diversidade étnica e cultural”.

— Será a superação de uma visão integracionista, que preconiza a integração do índio à sociedade, em favor de uma linha multiculturalista — disse a defensora pública.

O presidente da comissão de juristas, Gilson Dipp, explica que o dispositivo

permite a isenção da pena ou a sua redução quando o acusado, devido a fatores culturais e sociais, entre outros, “não compreende que determinado comportamento é proibido”.

Juliana também informou que o anteprojeto vai respeitar as formas de punição da própria comunidade indígena quando os crimes forem cometidos dentro da aldeia, “mas desde que isso não entre em conflito com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos”. Tal medida, ressaltou ela, está de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ao dar um exemplo desse tipo de procedimento, o relator da comissão de juristas, Luiz Carlos Gonçalves, lembrou de um caso em que um índio acusado de matar uma índia grávida foi banido de sua comunidade.

— Pode parecer pouco para nós, mas para eles pode ser uma punição muito mais grave que a pena de prisão — disse Juliana.

## Limite máximo para pena de prisão pode passar de 30 para 40 anos

A comissão aprovou a proposta que aumenta em dez anos o limite de cumprimento das penas de prisão durante a detenção. O Código Penal prevê, atualmente, que o cumprimento máximo de pena não pode ser superior a 30 anos. Portanto, se durante esse cumprimento, o culpado cometer outro crime e ocorrer uma nova condenação, ele tem as suas penas somadas e limitadas a 30 anos. Com a proposta, esse limite seria de 40 anos.

— Se uma pessoa mata alguém no primeiro dia que está cumprindo essa pena de 30 anos, por exemplo, ela cumpriria só um dia de prisão. Com a mudança, ela poderia cumprir até 10 anos e um dia pelo novo crime, ou seja, o cumprimento máximo se estenderia para 40 anos — explicou o relator da comissão, Luiz Carlos Gonçalves.

Os juristas também aprovaram a possibilidade de aumentar a pena por crimes continuados — em que a pessoa pratica dois ou mais crimes nas

mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução. Hoje, o juiz não pode somar todas as penas, somente triplicar a pena do crime mais grave.

— Com a nova proposta, as penas para os crimes de estupro e crimes que causem morte ou atentem contra a vida poderão ser somadas. Se você praticou 20 crimes vai pegar a pena de cada um e somar — explicou.

## Milícias

Os juristas aprovaram também a tipificação do crime de milícias, um subtipo do crime de organização criminosa, com pena que pode variar de quatro a 12 anos de prisão.

Normalmente, as milícias são integradas por policiais que se organizam para impor domínio sobre áreas carentes das grandes metrópoles. O desembargador José Muiños Piñeiro Filho recebeu do presidente da comissão, Gilson Dipp, a missão de elaborar uma proposta para o tipo penal que enquadra as milícias.

**Rolleberg defende solução política para novo Código Florestal**

Depois de criticar as mudanças feitas pela Câmara no projeto do novo Código Florestal, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) defendeu uma solução política para o impasse diante do iminente veto da presidente Dilma Rousseff. Ele se disse surpreso com as alterações feitas pelos deputados no projeto que havia sido aprovado pelo Senado. — Depois de duros debates em que ouvimos cientistas, sociedade civil, autoridades e produtores rurais, conseguimos produzir algo equilibrado e realista. A Câmara participou das negociações. Mas, de forma açodada e equivocada, graves mudanças foram aprovadas, e o conteúdo atual não garante mais segurança jurídica.



Para o senador, texto do Senado deve servir de base para resolver impasse

Rolleberg considera que saída para o impasse deve partir do texto do Senado. — Temos agricultura sustentável e abundante biodiversidade. Tíngamos a obrigação de conciliar produção com proteção ambiental. Os maiores interessados na solução são os produtores rurais. Eles sabem que precisam produzir com sustentabilidade — afirmou.

**João Durval comemora liberação de R\$ 2,7 bi para seca no Nordeste**

João Durval (PDT-BA) comemorou sexta-feira o anúncio feito pelo governo federal da liberação de R\$ 2,7 bilhões para financiar ações de combate aos efeitos da seca. Parte dos recursos, explicou, vai para a “bolsa-estígio”, que destinará R\$ 400, pagos em cinco parcelas, às famílias de pequenos agricultores dos municípios atingidos pela seca. Os recursos, disse Durval, também serão aplicados na construção de poços, barragens e cisternas. O Nordeste, afirmou, está no final da estação de chuvas e o índice pluviométrico no período foi de um terço do volume médio histórico, o que obrigou



Somente na Bahia há 225 municípios em estado de emergência, diz Durval

550 municípios a declararem situação de emergência. Apenas na Bahia, segundo o senador, 225 municípios já declararam estado de emergência e outros 266 devem fazer o mesmo. — Quando se está pouco preparado para esse evento, é imperativo apelar para contingências indispensáveis.

**Anibal quer plebiscito no Acre, Amazonas e Pará sobre fuso horário**

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu sexta-feira, em Plenário, a aprovação do projeto de decreto legislativo de sua autoria que prevê a realização de plebiscito para que a população dos estados do Acre, Amazonas e Pará se manifeste, na eleição de 2014, sobre a redução de duas para uma hora da diferença de fuso horário em relação a Brasília. A proposta (PDS 77/12), que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, susta a tramitação do projeto de lei (PLC 63/11) do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) que restabelece os fusos horários do Acre e do Amazonas e revoga a Lei 11.662/08, que reduziu a uma hora a diferença em relação



Consulta seria feita nas eleições de 2014, de acordo com Anibal

à capital do país. Anibal é contrário à volta do antigo fuso — de duas horas a menos em relação à capital do país —, que vigorou até 2009, e favorável à diferença de apenas uma hora, como é hoje. — Se tivesse de haver um retrocesso ao horário antigo, isso certamente causaria transtornos para as pessoas que estão vivendo a adaptação — disse o senador.

**Grupo traça linhas de discussão sobre novo pacto federativo**

Especialistas foram encarregados pelo Senado de apresentar propostas para novo equilíbrio financeiro entre União, estados e municípios; primeiro passo é identificar problemas

A COMISSÃO DO pacto federativo, encarregada pelo Senado de apresentar propostas para um novo equilíbrio entre as unidades da Federação, esteve reunida ao longo da sexta-feira passada no Interlegis, em Brasília. Nelson Jobim, presidente da colegiada, disse que o grupo está buscando inicialmente identificar os problemas com os quais terá de lidar para estabelecer regras e princípios capazes



Nelson Jobim, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, preside reunião da comissão de especialistas

de responder aos desafios de uma nova relação entre os entes da Federação (União, estados e municípios). Instituída pelo presidente do Senado, José Sarney, a comissão reúne 14 especialistas, entre juristas, tributaristas e cientistas políticos.

A comissão decidiu priorizar quatro pontos: os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos royalties do petróleo; as regras de cobrança e apropriação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);

substituindo as dívidas estaduais por títulos públicos federais. União e estados firmaram contratos que previam o parcelamento da dívida em até 30 anos, com correção mensal pelo IGP-DI, mais juros que variam de 6% a 7,5% ao ano. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentravam 90% dos valores renegociados. Quinze anos após a última renego-

ciação, os mesmos quatro estados lideram movimento pela mudança do índice, sendo os governos mineiro e gaúcho os que apresentam maior comprometimento de caixa com o pagamento da dívida. O principal argumento dos governadores é que o IGP-DI acumula alta, enquanto que a Selic, que corrige os títulos federais, segue tendência de baixa. Assim, como credora dos estados, a União cobra juros mais altos do que aqueles que paga por suas dívidas. Os estados também afirmam que, por conta dos altos juros praticados no país, o esforço fiscal feito no período não tem sido suficiente para reduzir o principal da dívida. — Basicamente, os desembolsos dos estados serviram para arcar com os juros reais, não havendo espaço para a amortização da dívida corrigida pelo IGP-DI — diz o consultor do Senado Josué Pellegrini, avaliando que seriam necessários outros 15 anos para que a dívida dos estados “seja quitada ou se torne pouco relevante”. Em abril, o governo federal acenou com a possibilidade de adotar a taxa Selic em substituição ao IGP-DI como indexador das dívidas estaduais. Diversos senadores criticaram a proposta, por considerarem inadmissível balizar a dívida dos estados “por uma taxa que é fixada pelo próprio credor”, referindo-se ao fato de a taxa ser definida pelo Banco Central.

**Troca de indexador centraliza debate de dívidas estaduais**

A discussão sobre o endividamento dos estados, no âmbito da construção de um novo pacto federativo, deve ter como foco principal a troca de índice utilizado para corrigir as dívidas junto à União. Os governadores argumentam que o indexador usado — o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI) — subiu muito nos últimos anos, impactando as

prestações mensais e inviabilizando os investimentos estaduais. De acordo com texto do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, a dívida total dos governos estaduais, sem contar as estatais, somava quase R\$ 453,5 bilhões em dezembro de 2011. Quando descontados os créditos que os estados têm a receber, a dívida líquida cai para R\$ 404,6 bilhões, sendo a União

credora de 90% desse montante. Os demais 10% representavam dívidas bancárias e externas. Do total que os estados devem ao Tesouro Nacional, a maior parcela é formada por renegociação efetuada entre 1997 e 1999, com base na Lei 9.496/97. Na ocasião, o mercado era o principal credor dos governadores e, para evitar insolvência, a União assumiu esse passivo,

substituindo as dívidas estaduais por títulos públicos federais. União e estados firmaram contratos que previam o parcelamento da dívida em até 30 anos, com correção mensal pelo IGP-DI, mais juros que variam de 6% a 7,5% ao ano. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul concentravam 90% dos valores renegociados. Quinze anos após a última renego-

**Distribuição de recursos do FPE de acordo com cada proposta**

	LC 62/1989 (ATUAL)	PLS 192/11	PLS 289/11	PLS 744/11	PLS 761/11	PLS 35/12	PLS 89/12	PLS 100/12	PLS 114/12
AC	3,4210	4,127	4,871	0,027	2,859	0,552	3,3263	3,7245	2,9962
AL	3,4120	4,550	5,095	0,097	3,507	3,140	5,4954	5,5149	5,2248
AM	2,7904	3,430	4,585	0,788	6,700	2,472	5,9067	3,7235	3,4752
AP	6,1120	3,778	4,559	0,024	3,118	0,462	2,6824	3,3970	3,2308
BA	2,8156	5,917	5,317	0,977	4,982	10,760	9,8313	5,0284	6,4013
CE	2,4807	6,523	4,862	0,741	3,840	7,496	5,2752	5,0293	5,6224
DF	4,3400	1,023	1,232	13,903	1,952	0,352	4,4803	1,6715	2,2915
ES	4,1601	1,322	1,427	0,835	2,647	1,110	0,9768	1,4304	1,2554
GO	9,3962	3,446	3,160	0,724	3,477	3,106	2,3984	3,2014	4,2022
MA	7,3369	5,647	5,580	0,133	4,394	6,910	6,3793	5,7997	5,7166
MG	7,2182	4,934	2,769	4,785	4,767	8,928	4,2554	4,0357	2,5679
MS	4,7889	3,340	3,047	0,102	3,278	1,286	1,9985	2,9198	2,9175
MT	6,9002	1,521	3,480	0,000	4,670	1,586	3,6083	2,4431	2,6499
PA	4,3214	6,199	5,405	0,000	6,369	6,645	10,2740	5,1563	6,0330
PB	4,1779	4,941	4,385	0,201	3,213	3,453	5,2147	5,0740	4,9122
PE	4,1553	6,099	4,566	1,210	3,709	6,857	4,4462	4,5413	5,6783
PI	0,6902	5,139	5,289	0,096	3,751	3,766	5,9414	6,4351	5,7727
PR	2,8431	1,444	1,895	4,040	3,227	3,963	1,5264	2,7896	1,7689
RJ	2,3079	1,337	2,119	18,669	3,042	4,636	0,8165	3,0882	2,2444
RN	1,3320	5,724	3,980	0,197	3,053	2,439	4,0184	4,3349	4,4899
RO	1,5000	3,778	4,244	0,067	3,151	0,953	2,6246	3,2377	3,3294
RR	4,4545	3,795	4,103	0,020	3,192	0,369	2,6159	3,2498	2,7914
RS	1,5277	1,351	1,871	4,131	3,357	3,793	1,4696	2,5854	1,7896
SC	1,0000	1,299	1,471	2,010	2,625	1,968	1,0000	1,5432	1,2639
SE	2,8832	4,069	3,907	0,176	2,919	1,331	3,2408	3,7009	4,0382
SP	2,3548	1,223	2,215	46,045	4,875	10,663	0,7534	2,6429	4,1099
TO	1,2798	4,045	4,566	0,003	3,329	1,007	3,4438	3,7013	3,2264
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

**Mudança na divisão dos recursos do FPE ainda não tem consenso**

A dificuldade de consenso para definição de novos critérios para repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) se revela no grande número de proposições que tramitam sobre o tema no Congresso — 18.

O entendimento em torno das novas regras é cada vez mais urgente, pois decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que as normas atuais só valem até 31 de dezembro. Se não houver mudança nos critérios, os

recursos ficarão congelados a partir de 1º de janeiro de 2013. O FPE é formado por 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A partilha é feita de forma que 85% dos

recursos ficam para estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para estados das regiões Sul e Sudeste, com percentuais fixos para cada estado. Em 2011, os repasses foram da ordem de R\$ 48 bilhões.



Ministros do Supremo Tribunal Federal em julgamento: corte decidiu que regras do FPE valem só até o fim do ano

Sob a alegação de que os critérios de rateio dos recursos ferem a Constituição por não promoverem o equilíbrio socioeconômico entre as unidades da Federação, vários estados entraram com ações diretas de inconstitucionalidade no STF. As ações foram consideradas procedentes e, em fevereiro de 2010, o Supremo declarou a inconstitucionalidade das regras em vigor, determinando ainda que as mesmas só poderão vigorar até 31 de dezembro deste ano. Desde a decisão do STF, o Congresso enfrenta o desafio de construir nova forma de partilha dos recursos do fundo.

**Propostas sobre o Fundo de Participação dos Estados**

PROJETO	AUTOR	DESCRIÇÃO
<b>PLS 192/11 – Complementar</b>	▶ Vanessa Graziotin (PCdoB-AM)	Introduz a variável ambiental e indígena no rateio do FPE e substitui o critério regional pelo critério da diferença entre as rendas per capita nacional e estadual, com prioridade para estados com rendas menores. Estados com renda per capita inferior à média nacional receberiam 80% dos recursos e os cinco estados mais populosos desse grupo dividiriam, em partes iguais, mais 8% das verbas do fundo. Estados com renda per capita igual ou superior à média nacional ficariam com 10% do total. E os restantes 2% ficariam com estados que abrigam unidades de conservação da natureza ou terras indígenas demarcadas. A proposta prevê revisão dos critérios a cada dez anos.
<b>PLS 289/11 – Complementar</b>	▶ Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) ▶ Romero Jucá (PMDB-RR) ▶ Valdir Raupp (PMDB-RO) ▶ Jorge Viana (PT-AC)	Baseado em estudo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mantém a distribuição regional de 85% para Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 15% para Sul e Sudeste, mas transfere o Distrito Federal para o segundo grupo. Na distribuição da parcela de cada estado, o projeto leva em consideração o índice de desenvolvimento humano (IDH) e a renda per capita dos estados, o tamanho da população, a superfície territorial do estado em relação ao total nacional, os coeficientes de atendimento domiciliar de água tratada e de cobertura de esgoto domiciliar e a proporção de unidades de conservação e áreas indígenas em relação à superfície de cada estado.
<b>PLS 744/11 – Complementar</b>	▶ Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Prioriza o critério devolutivo, condicionando à existência de recursos excedentes a aplicação dos critérios preventivo e redistributivo. O Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado considera “improvável que as duas últimas vertentes recebam algum recurso”. O texto prevê a reposição de 20% do total arrecadado do Imposto de Renda e do IPI e também sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), e Cide-Combustíveis. O relator na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou voto contrário ao texto. Para ele, a apresentação do projeto teria sido motivada pela inconformidade do autor com o possível redesenho da partilha das receitas provenientes da exploração de petróleo e gás natural.
<b>PLS 761/11 – Complementar</b>	▶ Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	Propõe o seguinte rateio: 35% proporcionalmente ao inverso da renda domiciliar per capita do estado, 10% proporcionalmente à participação da população do estado na população do país, 20% proporcionalmente à participação da área do estado na área do país e 35% divididos igualmente entre todos os entes. O texto prevê revisão anual dos critérios e a formação de um fundo de estabilização do FPE para “poupar recursos em períodos expansionistas e compensar (ou despoupar) recursos em períodos contractionistas”. O fundo visa ainda “estabilizar as receitas correntes dos estados e aumentar a previsibilidade da receita disponível”.
<b>PLS 35/12 – Complementar</b>	▶ Aloysia Nunes (PSDB-SP)	Estabelece que 5% dos recursos sejam destinados proporcionalmente à área de cada estado e 95% proporcionalmente ao resultado da multiplicação das seguintes participações: da quantidade de habitantes do estado na população brasileira e do inverso do PIB per capita do estado no somatório de todos os inversos. O projeto visa reestabelecer critérios originalmente definidos no Código Tributário Nacional, que vigorou até a edição da Lei Complementar 62/89, que regulamentou o FPE. Ele explica que “os parâmetros serão anualmente reportados pelo IBGE (instituição que passou a divulgar com curta defasagem o PIB por estado), e o TCU deverá divulgar o rateio preliminarmente, receber reclamações e decidir conclusivamente antes do início exercício financeiro em que será seguido o rateio.
<b>PLS 89/12 – Complementar</b>	▶ João Vicente Claudino (PTB-PI)	Muda o critério regional, destinando 80% dos recursos a todos os estados e os demais 20% para estados das regiões Norte e Nordeste. Em ambos os casos, o total de recursos será distribuído conforme os seguintes critérios: 5% proporcionalmente à extensão territorial e 95% proporcionalmente a coeficiente individual de participação de cada estado, resultante do produto dos fatores representativos da população e do inverso da renda per capita. A proposta determina que as informações sobre superfície territorial, população e renda per capita serão do IBGE.
<b>PLS 100/12 – Complementar</b>	▶ Francisco Dornelles (PP-RJ)	Sugere que 5% dos recursos sejam distribuídos proporcionalmente à extensão territorial, 10% proporcionalmente à arrecadação do IR e do IPI, 15% proporcionalmente à população e 70% proporcionalmente ao inverso do PIB per capita. Para a distribuição em cada um desses componentes, a proposta prevê regras específicas e restrições. Para a partilha conforme o tamanho da população, estabelece que nenhum estado poderá receber menos do que 4,5% e mais do que 8%. Dornelles propõe que o governo federal compense, durante quatro anos, os entes federativos que tiverem reduções nominais, podendo ser emitidos títulos da dívida pública para cobrir esses dispêndios.
<b>PLS 114/12 – Complementar</b>	▶ Cristovam Buarque (PDT-DF)	Mantém o critério regional tradicional (85% do FPE para as regiões CO, NE e N e 15% para S e SE), mas inova ao incluir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas regras de rateio. Os critérios sugeridos são: 15% proporcionalmente ao inverso do Ideb, 15% proporcionalmente à evolução bienal do Ideb, 30% proporcionalmente à população e 14% proporcionalmente ao inverso do PIB per capita.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

# CPI do Cachoeira não paralisou o Senado

O INÍCIO DOS trabalhos da CPI mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com políticos e empresários mobilizou a atenção do país na semana passada, mas não paralisou as atividades do Senado. As comissões mantiveram agendas de trabalho lotadas, avaliando projetos e realizando debates. A seguir, alguns dos destaques.

## ANVISA

Várias comissões realizaram audiências para debater as atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), como parte da 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso.

Na Representação Brasileira do Mercosul, na quarta-feira, o diretor-presidente da agência, Dirceu Barbano, disse que a atuação internacional da Anvisa tem crescido para garantir a qualidade dos produtos farmacêuticos e alimentares que vários países desejam exportar ao Brasil. Segundo ele, o órgão hoje conversa em pé de igualdade com outras agências semelhantes, como a Food and Drug Administration (FDA), dos Estados Unidos.

No mesmo dia, outro diretor da Anvisa, José Agenor Álvares da Silva, informou em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que o Brasil detém a maior participação no consumo mundial de defensivos agrícolas: cerca de 19%. Para o presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO), os agrotóxicos “são problema e solução” e seu uso precisa ser controlado e regulado com competência e responsabilidade.

Dirceu Barbano disse na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quinta, que a agência precisa ampliar sua estrutura para atender as demandas de um país que se destaca pelo crescimento econômico.

## CAS

Os problemas relativos à assistência odontológica por parte dos planos de saúde começaram a ser discutidos em debate realizado na terça pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O colegiado vai acompanhar as negociações entre a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as operadoras de planos de saúde e os odontólogos com o objetivo de que seja prestado um melhor serviço à população. Paulo Davim (PV-RN) criticou a forma como a ANS e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abordam a assistência, em que há dissociação da saúde bucal da do resto do corpo.

No dia seguinte, a CAS aprovou dois projetos que incluem na



Márcio Kalume/Agência Senado

legislação novas possibilidades de dedução de Imposto de Renda Pessoa Física. Um deles, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), possibilita o abatimento do valor gasto na compra de medicamentos de uso contínuo ou de alto custo. O outro, do senador Paulo Paim (PT-RS), permite deduzir o valor de contribuição previdenciária oficial (União, estados, DF e municípios) paga para dependente. As propostas seguem para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

## CAE

A CAE aprovou na terça três projetos em decisão terminativa — sem necessidade de passar pelo Plenário. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 203/05, de Paim, prevê o pagamento de adicionais de insalubridade aos empregados em serviços de limpeza, asseio, conservação e coleta de lixo.

Proposta de Ciro Nogueira (PP-PI) isenta as impressoras de caracteres braile do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O benefício vale tanto nas importações como nas operações realizadas no mercado interno.

O terceiro projeto aprovado pela comissão (PLS 21/09) foi apresentado pelo então senador Papaléo Paes. Pelo texto, o contribuinte que vendeu imóvel residencial para adquirir outro com o dinheiro da transação terá prazo de até 365 dias para se beneficiar da isenção do Imposto de Renda sobre lucro imobiliário. O prazo atual é de 180 dias.

## CDH

O projeto de lei que reserva pelo menos metade das vagas das universidades públicas e escolas técnicas federais para alunos oriundos de escolas públicas foi debatido na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A proposta pode ser votada amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A senadora Ana Rita (PT-ES) solicitou que a Secretaria



Waldemir Moka (ao centro, na foto acima) e Jaime Campos (D) conduzem dois dos debates realizados sobre a Anvisa

Gerardo Magalhães/Agência Senado

de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) peça “sinal verde” da Casa Civil da Presidência da República para a aprovação da matéria. Ela explicou que a Casa Civil havia pedido a retirada do projeto da pauta da CCJ esperando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade das cotas para negros em universidades públicas.

O Supremo já decidiu pela constitucionalidade da proposta, o que foi apludido na audiência pública da CDH pelo representante da Agência de Informação Multiétnica (Afropress), Dojival Vieira. Para ele, o posicionamento do STF foi um dos atos mais importantes na história do país em defesa da efetiva igualdade entre os brasileiros.

## CCJ

Outra decisão terminativa da semana passada aconteceu na CCJ. A comissão aprovou, na quarta-feira, substitutivo a projeto de lei (PLS 310/03) do senador Magno Malta (PR-ES) que definia novas condições para estados e municípios receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Relator da matéria, Eduardo Braga (PMDB-AM) resolveu ampliá-la e propor a criação do Sistema Nacional de

Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp).

— O presente substitutivo tem o propósito de criar um sistema oficial de estatística capaz de compilar e fornecer dados e informações com a precisão e o tempo necessários ao planejamento estratégico de ações de combate à criminalidade, que atualmente não existe, e assim, dar continuidade à política de segurança pública com cidadania — explicou Braga.

## CMMC

A criação de um fundo internacional de proteção ao Cerrado foi defendida na quarta em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que debateu o tema “Pagamento por serviços ambientais: mecanismos de financiamento da proteção do meio ambiente”.

Embora seja o segundo maior bioma da América do Sul e concentre as nascentes das suas três maiores bacias hidrográficas (Amazônias/Tocantins, São Francisco e Prata), ocupando 22% do território nacional, o Cerrado encontra-se extremamente vulnerável e ameaçado, alertou o diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Saulo Rodrigues Filho. Segundo ele, um dos

maiores problemas é o avanço da produção agrícola no Centro-Oeste.

## CMA

Representantes do governo, do Congresso e do terceiro setor defenderam, na terça-feira, a importância de se ratificar o Protocolo de Nagoya, em seminário internacional promovido pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a União Europeia.

O encontro discutiu os termos do acordo, que, elaborado em 2010, estabelece as bases para um regime internacional que permita o acesso e a repartição dos benefícios oriundos do uso da biodiversidade, bem como dos conhecimentos tradicionais a ela associados.

## CCT

Em debate na quarta-feira, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, disse que os investimentos brasileiros em pesquisa e desenvolvimento deverão saltar de 1,2% para 1,8% do PIB até 2015. A metade do futuro percentual, segundo ele, deverá vir de investimentos privados.

## Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Advogado do contraventor disse à CPI que seu cliente pode não falar nada se não receber antes os documentos protegidos por sigilo de Justiça em poder da comissão

# Cachoeira ameaça silenciar no depoimento de amanhã

**PRINCIPAL PERSONAGEM** DA comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações de agentes públicos e privados com esquema de jogos ilegais, o contraventor Carlinhos Cachoeira será ouvido amanhã no Senado, às 14h, na sala 2 da Ala Nilo Coelho. Semana passada, o advogado de Cachoeira, Márcio Thomaz Bastos, avisou ao presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que, se até o dia do depoimento eles não tiverem acesso aos documentos protegidos por sigilo de Justiça em poder da comissão, o contraventor poderá ficar em silêncio.

Acusado de comandar a exploração do jogo ilegal em Goiás, Cachoeira foi preso em fevereiro pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo. Foram apreendidos 22 veículos, dinheiro, armas e joias com integrantes da organização. A PF prendeu 28 pessoas e

monitorou conversas que revelaram uma extensa rede de influência comandada pelo bicheiro, que se associou a agentes públicos e privados, como o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Na quinta-feira, dia 17, será a vez dos procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, responsáveis pela investigação que revelou as conexões de Cachoeira com políticos e empresários, a partir da Operação Monte Carlo. Os dois procuradores seriam ouvidos em reunião secreta na semana passada, mas os depoimentos foram adiados depois do depoimento de quase dez horas do delegado da PF Matheus Mela Rodrigues, responsável pela operação.

Antes da reunião com os

procuradores, serão votados requerimentos para as próximas ações da CPI. Entre as convocações propostas, está a do governador de Goiás, Marconi Perillo. Tornou-se mais forte a cobrança pela presença do governador na CPI depois que o delegado Rodrigues, segundo parlamentares, apontou indícios de envolvimento de Marconi com Cachoeira.

Os depoimentos à CPI começaram dia 8, com o delegado da Polícia Federal Raul Alexandre Marques de Souza. Ele confirmou o envolvimento de parlamentares com a organização criminosa comandada por Cachoeira. Souza foi responsável pela investigação da Operação Vegas, realizada antes da Operação Monte Carlo, que culminou com a prisão do contraventor.

**Quinta-feira a CPI vai ouvir dois procuradores responsáveis pela investigação**

## Vital quer facilitar manuseio de documentação

O presidente da CPI informou que pretende consultar técnicos de informática do Senado sobre a possibilidade de implantar, nos arquivos enviados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) um sistema de busca que não interfira no sigilo. A intenção é atender parlamentares que reclamam da dificuldade de encontrar informações específicas.

— Temos milhares de arquivos de texto, vídeo, áudio e imagens. Quero saber se o formato que me chega é passível de alteração — explicou Vital.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) foi um dos que se queixaram da dificuldade de se fazer busca por nomes.

— Foram enviados para cá muitos documentos com imagem e não com o texto.

Portanto, não podemos fazer a busca por uma pesquisa específica. Tudo que vamos fazer é consultar página por página — afirmou.

A sala secreta onde estão os computadores com as informações enviadas pelo STF foi aberta aos integrantes da CPI na segunda-feira, dia 7, com três terminais de consulta. No dia seguinte, a pedido dos deputados e senadores, Vital providenciou mais sete computadores, além de permitir a entrada de um assessor credenciado para cada parlamentar.

Na quarta-feira, dia 9, o PSDB pediu ao STF o fim do sigilo de Justiça sobre os inquéritos. O partido alega que a maioria das informações já vazou para a imprensa e argumenta também a supremacia do interesse público sobre a confidencialidade dos autos.



Presidente da CPI, Vital recebeu de parlamentares reclamações sobre as buscas

## Capiberibe: fim de sigilo de Justiça para político

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou a apresentação de projeto para acabar com o sigilo de Justiça em procedimentos investigatórios e processuais envolvendo políticos e servidores públicos acusados de improbidade, peculato ou qualquer delito no exercício de suas funções.

Segundo o parlamentar, a proposta (PLS 141/12) visa

garantir o direito da sociedade de ser informada sobre o andamento dos processos.

— Os agentes públicos não devem se beneficiar de privilégios como o sigilo de Justiça, que é uma proteção desnecessária e desmedida.

Atualmente, disse, o sigilo de Justiça tem servido apenas para incentivar o vazamento de informações de inquéritos e

processos segundo os interesses de grupos alinhados a partidos, “tendo pouco ou nada a ver com o objetivo de colocar a verdade em evidência”.

Como exemplo, Capiberibe citou o vazamento pela imprensa de informações dos inquéritos das Operações Vegas e Monte Carlo, que investigam a relação do contraventor Carlos Augusto

## Aloysio é contra intenção de convocar Gurgel para depor

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, não pode ser chamado a depor na CPI do Cachoeira por razões jurídicas. O senador afirmou que, como titular da ação penal, Gurgel poderá ser eventualmente chamado a abrir processo contra acusados com prerrogativa de foro especial. Aloysio disse ainda que quando a Polícia Federal, acidentalmente, chegou a telefonemas entre Cachoeira e detentores de mandatos eletivos, o procurador-geral considerou que até aquele momento não havia ainda indícios de prática de crime por parte desses agentes públicos.

— Havia, sim, conduta imprópria. O procurador, prudentemente, não denunciou porque não havia relevância jurídica e a denúncia seria vã. E não arquivou formalmente o inquérito porque teria que comunicar o arquivamento ao



Procurador-geral foi prudente e evitou vazamento, diz Aloysio

Supremo, com o risco de vazamento de informações — disse.

De acordo com o senador, se naquele momento, Cachoeira e seu grupo tivessem conhecimento de que os aparelhos Nextel por eles utilizados eram vulneráveis ao monitoramento da polícia, imediatamente teriam buscado outro meio de comunicação e não haveria o desdobramento da operação que trouxe o esquema a público.

## Ministério Público deve investigar procurador, não CPI, diz Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Cachoeira está encontrando dificuldades para avançar porque PT, PSDB e PMDB se recusam a convocar os governadores Agnelo Queiroz (Distrito Federal), Marconi Perillo (Goiás) e Sérgio Cabral (Rio de Janeiro). Segundo afirmou, querem convocar o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, por suposta demora na denúncia contra o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

Referindo-se ao PT, Simon disse que o partido poderia adotar alguma providência contra o procurador no âmbito do Ministério Público, não na CPI. Segundo ele, o partido age de má-fé ao tentar levar para a comissão a investigação de suposta inércia do procurador-geral.

O senador criticou o ex-ministro da Justiça Márcio



Simon critica o governo por ter permitido venda da Delta para a J&F

Thomaz Bastos, do governo Lula, por atuar como advogado do contraventor Carlos Cachoeira. Segundo ele, “está se espalhando por aí” que o ex-ministro só aceitou o trabalho para influenciar seu cliente sobre o que deve ou não falar.

Simon considerou um escândalo o governo permitir a venda da construtora Delta — denunciada por envolvimento com Carlos Cachoeira — ao grupo J&F.



Projeto de Capiberibe visa garantir à sociedade o direito de ser informada

No Espírito Santo, que ocupa o primeiro lugar em assassinatos de mulheres no Brasil, audiência pública apresenta exemplo de negligência



Ana Rita (D) ouve a presidente da CPI, deputada Jô Moraes, falar durante a audiência pública realizada sexta-feira na Assembleia Legislativa do Espírito Santo

## CPI denuncia omissão do poder público na proteção à mulher

A OMISSÃO DO poder público na proteção de mulheres ameaçadas de agressão foi o tema principal da audiência feita sexta-feira na Assembleia Legislativa do Espírito Santo pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga a violência contra a mulher. Foi discutida também a aplicação da Lei Maria da Penha.

A relatora da CPI, Ana Rita (PT-ES), citou o caso de Fernanda Rodrigues Crisóstomo, vigilante de 29 anos e quatro filhos que foi morta a tiros na cidade de Cariacica (ES) no dia 29 de fevereiro, um mês depois de ter começado a pedir proteção a várias órgãos daquele estado. O suspeito, ex-companheiro de Fernanda, não foi preso até hoje.

— Ela foi primeiro à delegacia, mas não houve boletim de

ocorrência. Depois voltou à delegacia, ainda sem sucesso. Então procurou o Ministério Público, mas não conseguiu registrar queixa. Na Defensoria Pública, a vítima também não conseguiu atendimento, e só ao procurar a Prefeitura de Cariacica conseguiu um registro — conta a senadora.

Todas as instituições citadas na história de Fernanda tinham representantes presentes à audiência pública, mas nenhum apresentou respostas sobre a razão da omissão. Assumiram o compromisso de investigar e abrir procedimento disciplinar. Há casos semelhantes de negligência em todo o país, como tem apurado a CPI mista. Ana Rita afirmou que a tragédia de Fernanda apenas ilustra um quadro geral de omissão do poder público.

— De qualquer forma, a CPI vai encaminhar formalmente um requerimento de abertura de processo administrativo, sobre o caso de Fernanda, para investigar responsabilidades e punir — disse a senadora.

A relatora da CPI explica que a vigilante chegou a conseguir uma oferta de casa-abrigo, mas preferiu não se afastar dos filhos.

### Precriidade

Na véspera da audiência, a CPI visitou delegacias e centros de referência do Espírito Santo, constatando precariedade nas condições de atendimento. As razões vão desde problemas de espaço físico e nas instalações até a falta quase absoluta de integração entre os serviços, inclusive com falta de comunicação.

De acordo com o *Mapa da Violência*, elaborado pelo Instituto Sangari e pelo Ministério da Justiça, o Espírito Santo ocupa o primeiro lugar em assassinatos de mulheres no país: a taxa de homicídios é de 9,4 por grupo de 100 mil mulheres. Entre 87 países, o Brasil ocupa a sétima posição, com 4,4 assassinatos por 100 mil.

A audiência pública de sexta-feira faz parte de cronograma da CPI, que prevê visitas aos dez estados mais violentos para as mulheres no Brasil. Além do Espírito Santo, a comissão já visitou Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e fez dez audiências no Senado. A próxima está agendada para o dia 25, em Alagoas, também na Assembleia Legislativa.

## Mozarildo pede ações de saúde para mulheres e índios

Ao homenagear as mães brasileiras na sexta-feira, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

pediu ao governo maior atenção às políticas públicas voltadas à mulher. O senador fez um apelo especial por ações de saúde, lamentando os índices de mortalidade materna e o descaso com os indígenas.

Após se queixar que a política indigenista tem se restringido à demarcação de terras, Mozarildo criticou o financiamento de ONGs com recursos públicos para cuidar da saúde dessa parcela da população. Ele denunciou irregularidades na atuação dessas entidades, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

— Nos últimos cinco anos, a CGU [Controladoria-Geral da União] identificou desvio de 500 milhões de reais da Funasa. Vamos procurar fazer com que a saúde indígena não fique na mão de instituições que não são sérias — declarou.

Em aparte, João Capiberibe (PSB-AP) cobrou um maior compromisso da sociedade em denunciar desvios na aplicação de verbas públicas. Paulo Paim (PT-RS) afirmou que há índios e índias preparados para gerir a política indigenista no país.

## Jucá elogia indicados à Comissão da Verdade

Romero Jucá (PMDB-RR) elogiou na sexta-feira os indicados pela presidente Dilma Rousseff para a Comissão da Verdade, criada para investigar violação aos direitos humanos entre 1946 e 1988.

O grupo inclui o presidente da comissão de juristas que elabora anteprojeto do Código Penal, Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias; a advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha; o ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles; o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro; a psicanalista Maria Rita Kehl; e o jurista José Paulo Cavalcanti Filho.

— Os nomes estão acima de qualquer disputa, de qualquer questão ideológica e política. São respeitados e admirados pelo Brasil — disse.

## Renan defende cotas em universidades

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), defendeu na sexta-feira o sistema de cotas raciais nas universidades. Ele elogiou a recente decisão do STF considerando a prática constitucional.

— Apesar dos recursos naturais e da pujança que põem o Brasil como futura potência mundial, temos que corrigir as desigualdades do país.

Renan citou estudo feito pela Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) mostrando que apenas 8,7% dos estudantes universitários brasileiros são negros. Os pardos somam 32% e os indígenas, menos de 1%.

— Pesquisa de 2003 mostrava menos de 6% de negros. Ou seja, houve evolução, mas ainda há muito a ser feito — avaliou.

## Moka apoia Dilma por alteração na poupança

Waldermir Moka (PMDB-MS) apoiou a presidente Dilma Rousseff, em discurso na sexta-feira, pela redução no rendimento da caderneta de poupança. Também

afirmou a disposição do Congresso de sustentar outras decisões governamentais destinadas a estimular o crescimento econômico do país.

Moka relembrou encontro recente com a presidente, onde ela teria apontado a tríade “juros, carga tributária e câmbio” como os maiores desafios ao desenvolvimento brasileiro.

— O Congresso não pode deixar de dar apoio a uma atitude ousada e corajosa de alguém que quer colocar os juros num patamar internacional — afirmou o senador.

Ele argumentou que as mudanças na poupança não prejudicam o pequeno poupador.

## Paim destaca lei para motorista profissional

Paulo Paim (PT-RS) comemorou na sexta-feira a sanção pela presidente Dilma Rousseff, em 1º de maio, da lei que regulamenta a profissão de motorista.

O senador disse que há mais de 40 anos a categoria esperava pela regulamentação da atividade.

Paim explicou que a Lei 12.619/12 teve origem em proposta do então deputado Tarcísio Zimmermann e foi aprimorada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH).

Entre os direitos concedidos aos motoristas, especialmente os de caminhão, estão jornada de trabalho de 12 horas, com 36 horas de descanso; tempo de direção controlado por diário de bordo e meios eletrônicos; e seguro obrigatório custeado pelo empregador para cobrir acidentes.

José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado



José Cruz/Agência Senado

